

JOSÉ GONÇALVES MACHADO

MANUAL DE PROCESSO EXECUTIVO

ÍNDICE

Abreviaturas.....	7
1. ESPÉCIES DE AÇÕES E SUAS FINALIDADES	9
2. FORMAS DO PROCESSO EXECUTIVO COMUM.....	13
3. RELAÇÃO DE SUBSIDIARIEDADE ENTRE PROCESSOS	21
4. PRESSUPOSTOS.....	23
4.1. Específicos	23
4.1.1. O título executivo	23
4.1.1.1. Sentenças condenatórias	26
4.1.1.2. Despachos e decisões arbitrais	30
4.1.1.3. Documentos autênticos ou autenticados	30
4.1.1.4. Títulos de crédito	31
4.1.1.5. Títulos de créditos enquanto “meros quirógrafos”	35
4.1.1.6. Outros títulos.....	36
4.1.1.7. Os juros	43
4.1.2. Certeza, exigibilidade e liquidez	46
4.1.2.1. A certeza	46
4.1.2.2. A exigibilidade.....	47
4.1.2.3. A liquidez.....	50
4.2. Gerais	51
4.2.1. Legitimidade das partes.....	51
4.2.1.1. A regra geral: legitimidade titulada	52
4.2.1.2. Desvios.....	52
4.2.2. Patrocínio judiciário	54
4.2.3. Competência do tribunal.....	56

•

5. A TRAMITAÇÃO DO PROCESSO EXECUTIVO COMUM PARA PAGAMENTO DE QUANTIA CERTA.....	61
5.1. Fase Introdutória	61
5.1.1. Requerimento executivo	62
5.1.2. Despacho liminar e citação do executado	65
5.1.3. Incidente de dispensa de citação prévia	68
5.2. Oposição à Execução	70
5.2.1. Mediante embargos.....	70
5.2.1.1. Prazo	70
5.2.1.2. Fundamentos.....	72
5.2.1.2.1. Gerais	72
5.2.1.2.2. Fundamentos de oposição à execução baseada em sentença..	74
5.2.1.2.3. Fundamentos de oposição à execução baseada em decisão arbitral	77
5.2.1.2.4. Fundamentos de oposição à execução baseada em “fórmula executória”	79
5.2.1.3. Despacho liminar.....	82
5.2.1.4. Efeitos do recebimento dos embargos.....	84
5.2.1.4.1. Suspensão da execução.....	85
5.2.1.4.2. Limites ao pagamento e à penhora da casa de habitação	87
5.2.2. Por requerimento	87
5.3. Penhora	88
5.3.1. Diligências prévias.....	90
5.3.2. O recurso ao “PEPEX”	92
5.3.3. Bens (im)penhoráveis	95
5.3.3.1. Bens absolutamente impenhoráveis.....	96
5.3.3.1.1. As coisas ou direitos inalienáveis	96
5.3.3.1.2. Os bens do domínio público do Estado e das restantes pessoas coletivas públicas	98
5.3.3.1.3. Os objetos cuja apreensão seja ofensiva dos bons costumes ou careça de justificação económica, pelo seu diminuto valor venal.....	99
5.3.3.1.4. Os objetos especialmente destinados ao exercício de culto público	101
5.3.3.1.5. Os túmulos.....	102
5.3.3.1.6. Os instrumentos e objetos indispensáveis aos deficientes e ao tratamento de doentes	104
5.3.3.1.7. Os animais de companhia	106

•

5.3.3.2. Bens relativamente impenhoráveis	107
5.3.3.2.1. Bens do Estado e das restantes pessoas coletivas públicas, de entidades concessionárias de obras ou serviços públicos ou de pessoas coletivas de utilidade pública, que se encontrem especialmente afetados à realização de fins de utilidade pública	108
5.3.3.2.2. Instrumentos de trabalhos e os objetos indispensáveis ao exercício da atividade ou formação profissional do executado.....	110
5.3.3.2.3. Bens imprescindíveis a qualquer economia doméstica	112
5.3.3.3. Bens parcialmente impenhoráveis	115
5.3.3.3.1. Hipóteses, limites e desvios.....	115
5.3.3.3.2. Em especial sobre a redução ou isenção de penhora.....	117
5.3.4. Realização da penhora.....	119
5.3.4.1. Penhora de coisas imóveis	122
5.3.4.2. Penhora de coisas móveis sujeitas a registo	125
5.3.4.3. Penhora de coisas móveis (não sujeitas a registo)	127
5.3.4.4. Penhora de direitos.....	129
5.3.4.4.1. Penhora de créditos	129
5.3.4.4.2. Penhora de direitos incorporados em títulos de crédito e valores mobiliários titulados	131
5.3.4.4.3. Penhora de rendas, abonos, vencimentos, salários ou rendimentos periódicos	134
5.3.4.4.4. Penhora de saldos bancários	136
5.3.4.4.5. Penhora de direito a bens indivisos e de quotas em sociedades	138
5.3.4.4.6. Penhora de estabelecimento comercial.....	141
5.3.4.4.6.1. Noção de estabelecimento comercial	141
5.3.4.4.6.2. O seu regime de penhora	144
5.3.4.5. Penhora de direitos ou expectativas de aquisição.....	145
5.3.4.6. Casos especiais.....	149
5.3.4.6.1. Cônjuge(s) executado(s).....	149
5.3.4.6.2. Contitularidade de património autónomo ou bem indiviso	152
5.3.4.6.3. Execução contra herdeiro	153
5.3.4.6.4. Património de devedor subsidiário	155
5.3.4.6.5. Mercadorias carregadas em navio.....	156
5.3.4.6.6. Apreensão de bens em poder de terceiro	156
5.4. Meios de oposição à penhora	157
5.4.1. Incidente de oposição à penhora	157
5.4.2. Por simples requerimento.....	160
5.4.3. Embargos de terceiro	162
5.4.4. Ação de reivindicação	163

•

5.5. Levantamento da Penhora	165
5.6. Citação e concurso de credores	166
5.7. Pagamento	169
5.8. A Remição.....	172
5.9. Suspensão, extinção e anulação da execução	173
5.9.1. Causas de suspensão.....	173
5.9.2. Causas de extinção	175
5.9.3. Causas de anulação.....	178
5.10. Recursos	178
5.10.1. Regra geral: aplicação supletiva do regime declarativo.....	179
5.10.2. O recurso de apelação na ação executiva: delimitação e tipologia	179
5.10.3. Modo de subida e efeito do recurso.....	180
5.10.4. O recurso de revista na ação executiva: um modelo restritivo...	181
6. PROCESSO EXECUTIVO SUMÁRIO.....	183
7. PROCESSO EXECUTIVO PARA ENTREGA DE COISA CERTA	187
8. PROCESSO EXECUTIVO PARA PRESTAÇÃO DE FACTO.....	191
9. PROCESSO DE EXECUÇÃO ESPECIAL POR ALIMENTOS	195
Anexo (Jurisprudência Seleccionada).....	199
Bibliografia.....	255
Índice.....	257

•



GESTLEGAL

www.gestlegal.pt • editora@gestlegal.pt